

PETROPOLITANAS

POR LUANA MOTTA



Terminal Centro

LEGADO

A gestão de Rubens Bomtempo assumiu o compromisso de levar aos usuários do terminal rodoviário do Centro internet gratuita. Um legado do ex-prefeito, Bernardo Rossi, e do ex-vereador, e presidente afastado da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans), Jamil Sabrá. A lei nº 7.780/2019 que criou o Programa Municipal “Internet nos terminais de transporte da cidade de Petrópolis”, é de autoria de Jamil, que foi afastado pela Justiça antes de colocá-la em colocá-la prática.

O pão e o circo

“O acesso gratuito à internet vai garantir mais comodidade para as centenas de pessoas que passam diariamente pelo Terminal do Centro, que também passou por várias intervenções como limpeza e revitalização da sinalização. Essas

ações integradas são de cuidado com o terminal e o seu entorno”, comentou o prefeito Rubens Bomtempo. Agora falta melhorar o transporte público, com a reposição de frota e horários, entre outras lamúrias da população.

Feriado I

O Petrópolis Convention & Visitors Bureau calcula uma ocupação de 71% para o feriadão de 7 de Setembro, na rede hoteleira em Petrópolis, mas o percentual pode aumentar entre quarta (06) e sexta.

Gratuidade I

O Ministério Público Federal garantiu que os alunos do curso técnico em telecomunicações do Cefet-Petrópolis, tenham acesso ao transporte gratuito. Em 2021, havia somente 113 alunos matriculados.

Feriado II

O período já tem ocupação de 4,6 mil leitos da rede considerando os visitantes que vão pernoitar na cidade uma ou mais noites. Boa parte dos turistas é da capital fluminense, cidades do Rio e de Minas Gerais.

Gratuidade II

As empresas Cidade Real e Turp estavam negando o embarque gratuito dos estudantes. Após recomendação do MPF, a Prefeitura informou que todas as empresas estão aplicando a gratuidade.

REGIÃO SERRANA

Caos no lixo ainda continua

Consórcio e Prefeitura de Petrópolis tentam acordo na Justiça

Por Wellington Daniel

A audiência de conciliação que aconteceu na tarde desta terça-feira (05), na 4ª Vara Cível de Petrópolis, para tentar dar um fim aos vários processos judiciais sobre o serviço de lixo, foi só o primeiro passo na tentativa de uma solução. O Consórcio Limp-Serra e a Prefeitura de Petrópolis, as principais partes nos vários processos, apresentaram um acordo ao juiz da 4ª Vara Cível, Jorge Martins, para suspender os processos em andamento e não tomar novas medidas até o dia 19 de setembro, quando será realizada uma segunda audiência de conciliação. O objetivo das partes é que, nesta data, seja levada ao magistrado uma solução para o imbróglio em relação à coleta de lixo.

“Até o dia 19, as partes e os terceiros interessados dialogarão para atender interesse público, resolver as pendências financeiras do passado (revisão, reajustes e faturas em aberto), bem como solucionar os atuais impasses em benefício do interesse público e da população da cidade”, aponta



Audiência foi convocada pelo juiz Jorge Luiz Martins, da 4ª Vara Cível

o comunicado conjunto entre os advogados, trazido pelo advogado do Limp-Serra, Rodrigo Fux.

Além da briga judicial travada pela antiga concessionária, Limp-Serra e a Companhia Municipal de Desenvolvimento (Comdep), sobre o processo de licitação para a contratação de uma nova empresa e possíveis débitos do antigo contrato, a Justiça também analisa se os contratos emergenciais firmados pela Prefeitura de Petrópolis com a AMI3 e PDCA poderão ser mantidos.

Para o juiz Jorge Martins, este acordo feito entre as partes do processo não afeta a questão da suspensão dos contratos emergenciais, que já foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), em uma decisão recente do desembargador Ricardo Cardozo. Uma possibilidade é que, após o dia 19, os efeitos possam ser retroativos. A palavra final caberá à decisão de Martins, que deve ser divulgada a qualquer momento.

Prioridade em políticas habitacionais

Na última quinta-feira, dia 31, a Câmara Municipal de Três Rios aprovou por unanimidade um projeto de lei que modifica a Lei Nº 3.924 de 29 de outubro de 2013. A autora do projeto, a vereadora Ana Clara Araújo, propôs uma legislação que estabelece medidas significativas em apoio às mulheres em situações de vulnerabilidade. A

lei determina que todos os programas habitacionais direta ou indiretamente subsidiados com recursos públicos no município devem destinar 3% de suas unidades para mulheres vítimas de violência doméstica, tráfico de pessoas ou exploração sexual, desde que cumpram os requisitos estabelecidos pelos órgãos competentes.

A nova legislação considera como vítimas de violência doméstica aquelas que se enquadram nas hipóteses previstas na Lei Maria da Penha. Isso garante que mulheres que enfrentam situações de abuso e violência terão prioridade no acesso às unidades habitacionais subsidiadas pelo município.

“A aprovação da lei é um marco na vida de inúmeras mulheres que, muitas vezes, precisam escolher entre a própria segurança e a moradia. Ainda temos muito a avançar na proteção das mulheres em estado de vulnerabilidade, mas essa aprovação já representa um passo muito importante”, declarou a vereadora Ana Clara.

CORREIO SERRANO

Reprodução/ Redes Sociais

PROJETO

Nova Friburgo é selecionada em mais uma etapa para projeto de desenvolvimento urbano do Ministério das Cidades. Após participar de mais uma etapa de seleção com outros 11 municípios no âmbito federal, Nova Friburgo foi uma das 6 cidades selecionadas para participar do Projeto Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS), da Cooperação Brasil-Alemanha. Nesta etapa foram escolhidos 6 municípios que irão avançar no desenvolvimento de projetos.



Prefeitura de Nova Friburgo

Consulta do piso da enfermagem

A Prefeitura de Nova Friburgo por meio da Secretaria Municipal de Saúde, implementou nesta segunda-feira (4), uma rede de apoio, no Hospital Municipal Raul Sertã, para consulta de informações e regularização das pendências dos pro-

fissionais da enfermagem, incluindo enfermeiros, técnicos e auxiliares, acerca do piso salarial. Para que o repasse do piso seja realizado é preciso estar com as informações dos servidores atualizadas, o suporte está sendo oferecido para todos.

Estágio

A Prefeitura de Nova Friburgo vem ampliando o acesso dos estagiários do setor de saúde dentro do Hospital Municipal Raul Sertã. Agora, os estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) também terão acesso às cirurgias feitas dentro do hospital.

Estatuto

A Prefeitura de Areal, por meio da Secretaria de Agricultura, instaura o Estatuto da COOPERFEC, a Cooperativa dos Produtores de Fécula de Mandioca de Areal e Região, por meio da emenda parlamentar do senador Carlos Portinho.

Inpas

Aposentados e pensionistas de Petrópolis podem aproveitar as vantagens do novo documento de identificação oficial oferecido pela Prefeitura, por meio do Instituto Social de Previdência Social (Inpas). O programa conta com 50 estabelecimentos parceiros.

Emprego

Em Três Rios, o TR+Emprego continua com vagas disponíveis na região, com oportunidades em vários segmentos de atuação. Para se candidatar e concorrer a essas vagas, o interessado devem acessar a página da prefeitura e cadastrar seu currículo online.

Justiça cobra sistema de atendimento pré-escolar

O prefeito de Nova Friburgo, Johnny Maycon, terá que criar uma Central de Levantamento de Dados da Educação sobre a situação da educação pré-escolar do município. A determinação é da juíza titular do Cartório da 1ª Vara de Família, Infância e Juventude e do Idoso de Nova Friburgo, Adriana Valentim Andrade do Nascimento. O objetivo é criar um sistema de consulta pública e busca ativa de crianças em situação de evasão escolar. Caso não seja cumprido em 60 dias, o prefeito ficará sujeito à multa de até R\$ 50 mil.

A decisão é em razão de uma ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Nova Friburgo, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). De acordo com a ACP, o prefeito Johnny Maycon deve criar e aparelhar com recursos materiais e humanos, um sistema de mapeamento pré-escolar. A central deve ser composta por coordenadores operacionais, supervisores institucionais, agentes comunitários e supervisores.

“O município também deve divulgar anualmente, até o último dia de outubro, o quantitativo da demanda para pré-escola para o ano subsequente, bem como o relatório informativo das reais condições de atendimento das unidades escolares públicas municipais, com divulgação, inclusive, pela Internet. E até o último dia do mês de novembro, o quadro de vagas existentes por unidade escolar, de forma a organizar o ano seguinte. Fica garantido o atendimento integral da demanda existente por meio da criação de vagas, mediante construção de unidades escolas e/ou locação



Prefeito alega que determinações já foram cumpridas

de espaços, bem como contratações de profissionais de educação, em sendo necessário, para atender ao público infantil entre quatro e cinco anos de idade”, diz a sentença da juíza titular do Cartório da 1ª Vara de Família, Infância e Juventude e do Idoso de Nova Friburgo, Adriana Valentim Andrade do Nascimento. Em caso de descumprimento, a multa diária é de R\$ 1 mil, limitada, porém, a R\$ 50 mil.

O que diz a Prefeitura

Em resposta ao Correio da Manhã, a Prefeitura de Nova Friburgo informou que “a criação da Central de Levantamento de Dados da Educação está disponível para consulta no software público do e-cidade (<http://ecidade.pmnf.rj.gov.br:8060/matricula-online/>) com as informações determinadas pelo juízo e a Secretaria Municipal de Educação comunicou essa medida ao juízo antes da publicação da sentença. O site permite consulta na aba de coloração roxa, intitulada Central de Levantamento de Dados e pesquisa por fase/etapa de ensino, unidade escolar e

turno a demanda por vaga, bem como será possível ter acesso aos relatórios nas datas especificadas pela decisão em estrito cumprimento ao seu dever legal de transparência, respeitando o sigilo do nome dos candidatos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Disse ainda que a infraestrutura humana e tecnológica necessária para aparelhamento da referida Central também já foi disponibilizada e comunicada à Justiça. Ao longo da ação judicial, foram demonstradas as ações em curto, médio e longo prazo que a Secretaria de Educação vem implementando para reduzir a fila de espera, seja através de reformas, adequações, obras, aquisições por desapropriação e locações de espaço, além da previsão de otimização do RH através de novas vagas para profissionais de educação previstas no próximo concurso público com edital já publicado, a fim de que seja possível o atendimento da demanda reprimida existente na Rede Municipal de Ensino. “Reafirmamos nosso compromisso por uma educação transparente e de qualidade”.

Teresópolis terá primeira escola bilingue

Por Gabriel Rattes*

O Prefeito Vinicius Claussen vistoriou na quinta-feira, 31, a obra de reforma geral e ampliação da Escola Municipal Profª Acliméa de Oliveira Nascimento, no bairro São Pedro. Além da reforma completa, a escola será a primeira unidade pública bilíngue de Teresópolis. Cerca de 300 alunos vão passar a ter acesso a um ensino ministrado em duas línguas (Português e Inglês). Também está garantido a reforma de duas outras escolas no município.

A previsão de entrega da obra é março de 2024. “A obra na escola está com o cronograma em dia. Já foi feita uma elevação do pé direito, estruturação necessária para receber o novo telhado. O pátio será nivelado para garantir acessibilidade para todos, trazendo conforto e segurança para nossas crianças”, explicou Vinicius Claussen.

A secretária de Educação, Satielle Santos, explica que a Acliméa é a primeira escola em tempo integral do município. “Traz consigo uma história muito rica de pioneirismo em Educação. Hoje, temos já uma ampliação desse número, com 15 unidades atendendo em tempo integral, mas começou aqui. A ideia de introduzir no ensino municipal a língua inglesa para as crianças dos anos iniciais é uma proposta pedagógica inovadora para a rede pública da cidade”, frisou a secretária.

*Estagiário